



CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2007/2008

Pelo presente instrumento, firmado pelo SINDICATO DAS EMPRESAS PROPRIETÁRIAS DE JORNAIS E REVISTAS DO ESTADO DO PARANÁ e o SINDICATO DOS TRABALHADORES GRÁFICOS DE JORNAIS E REVISTAS E DE EMPREGADOS EM EMPRESAS DE JORNAIS E REVISTAS DO ESTADO DO PARANÁ e SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS GRÁFICAS DE LONDRINA, em respeito aos princípios da autonomia privada coletiva e da negociação permanente, ajustam as seguintes cláusulas e condições de trabalho:

CLÁUSULA PRIMEIRA - CORREÇÃO SALARIAL

Os salários dos trabalhadores abrangidos pelo presente instrumento normativo, vigentes em 01 de setembro de 2007 serão recompostos a partir de 01/09/2007 pela variação do índice de 4,82%, correspondente ao INPC/IBGE para o período de 01/09/06 a 31/08/07.

Parágrafo único - reajuste proporcional: Os trabalhadores admitidos após a data-base setembro/2006 terão direito aos reajustes proporcionais aos meses trabalhados.

CLÁUSULA SEGUNDA – SALÁRIO NORMATIVO

Já aplicada a correção salarial prevista na Cláusula Primeira, resta definido que o salário normativo (piso salarial), extensivo a todos os empregados abrangidos por este instrumento, ressalvadas as exclusões, a partir de 1º de setembro de 2007 não poderá ser inferior a R\$ 463,00 (QUATROCENTOS E SESENTA E TRÊS REAIS) para uma jornada mensal de 220 (duzentas e vinte) horas.

CLÁUSULA TERCEIRA – PAGAMENTO DOS SALÁRIOS

As empresas que efetuarem o pagamento de salários em cheque, deverão fazê-lo no horário bancário, concedendo ao empregado o tempo necessário para que o mesmo se desloque até ao Banco, a fim de efetuar o saque.

CLÁUSULA QUARTA - CORREÇÃO DE PAGAMENTOS ATRASADOS

No caso de atraso no pagamento de salários, ficam obrigados os empregadores ao pagamento desses salários corrigidos com 1% (um por cento) ao mês e mais 0,5% (meio por cento) ao dia, a partir do 5.º (quinto) dia a contar do término do prazo legalmente exigível a esse pagamento, independentemente de ação judicial cabível.

CLÁUSULA QUINTA – ADIANTAMENTO SALARIAL

Aos empregados representados por estes sindicatos profissionais, será assegurado adiantamento entre 30% (trinta por cento) e 40% (quarenta por cento) do salário a ser pago entre os dias 15 (quinze) e 20 (vinte) de cada mês, desde que requeiram.

CLÁUSULA SEXTA – HORAS EXTRAORDINÁRIAS

As horas extras serão remuneradas assim: com o percentual de 50%(cinquenta por cento) de acréscimo a primeira hora extraordinária diária; com o percentual de 70%(setenta por cento) de acréscimo a segunda hora extraordinária diária e com percentual de 100% (cem por cento) de acréscimo as demais horas suplementares ao dia. Os empregados que trabalharem em domingos e feriados perceberão as horas extras com adicional de 100% (cem por cento), comprometendo-se a empresa a organizar escala móvel de serviço para permitir que a folga semanal coincida com o domingo ao menos uma vez por mês.

Parágrafo único – Poderá ser adotado regime de compensação semanal de horas extras, condicionado à realização de Acordo Coletivo de Trabalho com o Sindicato Profissional, onde se estabeleçam os critérios objetivos para a compensação.

CLÁUSULA SÉTIMA – ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

A) Ao pessoal gráfico, fica mantido o anuênio como regulado no instrumento normativo anterior: "As empresas concederão aos seus empregados anuênio de 1% (um por cento) sobre o salário da função, por período de 12 (doze) meses, a partir de 01.11.1979, desprezando-se o tempo de serviço anterior a tal data. Na hipótese de readmissão, o tempo de serviço, para fins de anuênio, será contado a partir dela, desprezando-se o tempo anterior". O empregado que contar 12 (doze) anos de serviços ininterruptos na empresa, fará jus a um percentual de 12% (doze por cento) sobre o valor base do salário; para o que contar com 15 (quinze) anos fará jus a um percentual de 15% (quinze por cento); o que contar com 20 (vinte) anos, fará jus a um percentual de 20% (vinte por cento); e o que contar com 25 (vinte e cinco) anos de serviços ininterruptos na empresa, fará jus a um percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor base do salário. Nestes casos fica excluído o anuênio".

B) Aos demais empregados representados pelos Sindicatos Profissionais convenientes, fica estipulado o seguinte: As empresas concederão aos demais empregados representados um adicional por tempo de serviço de 1% (um por cento), calculado sobre o valor do salário base, por período de 12 (doze) meses de serviços ininterruptos prestados à mesma empresa, a partir de 1.º/11/93, desprezando-se o tempo de serviço anterior à essa data (1.º/11/93). Na hipótese de readmissão, o tempo de serviço, para fins de anuênio, será contado a partir dela, desprezando-se o tempo anterior.

Parágrafo primeiro: Comprometem-se, as partes convenientes, a substituir a presente estipulação (anuênio), na data base de 1º de setembro de 2.008, por outra forma de ajuste, e de tal maneira que os trabalhadores representados não sofram prejuízo.

Parágrafo segundo: Para a implantação da previsão do parágrafo primeiro antes, estabelecem as partes a formação de uma comissão paritária, composta por 4 (quatro) membros, sendo dois representantes do sindicato profissional que firma o presente instrumento e dois representantes do sindicato patronal correspondente, a qual deverá reunir-se, conforme agenda a ser fixada entre as partes, a partir do mês de março de 2.008.

CLÁUSULA OITAVA – VERBAS RESCISÓRIAS

As empresas disporão do prazo legal para efetuar o pagamento das eventuais verbas rescisórias. Decorrido tal prazo, além das penalidades impostas pela legislação vigente, serão, também, devidos correção monetária e juros, na forma da cláusula quarta do presente instrumento coletivo.

Parágrafo único: No caso de não efetivação do pagamento das parcelas rescisórias pela ausência do empregado, a empresa fará comunicação do fato, por escrito, ao Sindicato Profissional respectivo, ficando então absolvida das penalidades previstas.

CLÁUSULA NONA – COMPROVANTE DE PAGAMENTO

As empresas fornecerão comprovantes de pagamentos, com sua identificação, valores pagos, descontos efetuados e valores destinados ao FGTS.

CLÁUSULA DÉCIMA – AUXÍLIO DOENÇA – GARANTIA DE EMPREGO

Ao empregado afastado do serviço em decorrência de determinação médica, fica assegurado o direito à estabilidade de emprego por 30 (trinta) dias, a contar-se do retorno ao trabalho com a competente alta médica.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GESTANTE – GARANTIA DE EMPREGO

Fica instituída estabilidade provisória à mulher gestante desde o início da gravidez até 90 (noventa) dias após o término do benefício previdenciário, salvo no contrato de experiência. Fica garantida a licença, tão só de 90 (noventa) dias, à empregada adotante, desde que previamente comprovado tal fato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EMPREGO AO TRABALHADOR EM VIAS DE SE APOSENTAR

Tem garantia de emprego e salários o empregado em vias de se aposentar, por um período máximo de 18 (dezoito) meses anteriores à data em que a mesma poderá ser requerida junto à Previdência Social, ressalvadas as hipóteses de justa causa para rescisão de contrato de trabalho, acordo entre as partes, este assistido pelo Sindicato Profissional e pedido de demissão.

Parágrafo único - Para a incidência da garantia prevista nesta cláusula, deverá o empregado informar e comprovar ao seu empregador a condição de estar em vias de se aposentar e de merecer a estabilidade provisória regulada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ATESTADOS MÉDICOS

As empresas reconhecem os atestados médicos e odontológicos fornecidos pelos profissionais contratados pelos Sindicatos Profissionais, oportunidade em

que deverão receber o visto dos profissionais conveniados com as empresas, quando houver.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – SEGURO DE VIDA EM GRUPO

As empresas se comprometem a manter o prêmio de seguro de vida em grupo e acidentes pessoais, já instituídos, por empregado, representado pelos respectivos Sindicatos Profissionais:

Morte Natural	30.000
Invalidez Permanente Total por Doença	30.000
Invalidez Permanente Total/Parcial por Acidente	(até 30.000)
Morte Acidental	50.000

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CRECHE

As empresas que mantenham como empregadas pelo menos 30 (trinta) mulheres com mais de 16 (dezesesseis) anos de idade, terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar, sob vigilância e assistência os seus filhos no período de amamentação.

Parágrafo único – A exigência desta cláusula pode ser suprida na forma de convênio-creche, ou na forma de auxílio-creche, cujo valor, a ser pago pelo empregador, corresponderá, no mínimo, a um salário mínimo por mês, durante o período de até 6 (seis) meses de idade da criança.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DEFICIENTES FÍSICOS

Recomenda-se as empresas representadas pelo Sindicato Patronal, sempre que possível, criarem condições de abertura de vagas para contratação de deficientes físicos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PRIMEIROS SOCORROS

Fica estabelecido que em todas as empresas deverá existir uma caixa de primeiros socorros fornecida pelo empregador, ficando sob responsabilidade do cipeiro ou departamento específico, contendo os seguintes medicamentos: sal de fruta, analgésico, comprimido, mercúrio, gazes, esparadrapo, pomada para andreodermol, ataduras, algodão e analgésico gotas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – COMUNICAÇÃO DE DISPENSA

O trabalhador dispensado sob alegação de falta grave, deverá ser avisado do fato por escrito, especificando-se os motivos, e contra-recibo.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – CUMPRIMENTO DO AVISO PRÉVIO

O aviso prévio será obrigatoriamente comunicado por escrito ao empregado, com esclarecimento expresso sobre o dever ou não de trabalhar, devendo fixar também, a data, a hora e o local para recebimento das verbas rescisórias.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – BANCO DE HORAS

Fica convencionado entre as partes a contratação, pelas Empresas e o Sindicato, de BANCO DE HORAS que deverá obedecer as condições presentes em instrumento apartado e parte desta Cláusula.

Na hipótese de interesse nessa pactuação, basta simples manifestação expressa de vontade pela Empresa interessada para a formalização do respectivo acordo coletivo de trabalho de banco de horas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – EXCLUSÕES

Ficam excluídos da incidência da correção prevista na Cláusula Primeira da presente Convenção Coletiva de Trabalho os empregados executivos, assim considerados os exercentes da função de gerente ou os hierarquicamente superiores a estes, sendo que tais ocupantes poderão negociar eventuais solicitações de reajustes diretamente com os seus respectivos empregadores.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – FÉRIAS PROPORCIONAIS

Serão devidas férias proporcionais, mesmo ao empregado demissionário que conte com menos de um ano de serviço na empresa, estabelecendo-se a proporcionalidade 1/12 (um doze avos) a cada mês completo de trabalho, ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – ESTUDANTES

As empresas se propõem a estudar a possibilidade de prestar ajuda aos trabalhadores que estudam, seja em cursos regulares ou especializações profissionais, facilitando-lhes a frequência às aulas, bem como a prestação de provas, podendo para tal, ser concedido crédito-horário resgatável por ocasião das férias escolares.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – TECNOLOGIA

Na hipótese de adoção de tecnologia que possa implicar na redução de pessoal, a empresa abrangida pela presente norma coletiva entrará em entendimento com o Sindicato Profissional, a fim de serem desenvolvidos esforços conjuntos, no sentido de possibilitar a readaptação dos atingidos pela medida.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – CURSOS DE RECURSOS HUMANOS

Recomenda-se as empresas a promoverem cursos de Recursos Humanos, para todos os empregados que ocupam cargo de chefia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – UNIFORMES

Obrigam-se as empresas a fornecerem aos funcionários que trabalhem na impressão, expedição, bem como às empregadas zeladoras, 02 (dois) guardas-pó por ano, os quais deverão ser devolvidos no estado em que se encontrarem, seja por ocasião da troca por outro, ou por desligamento da empresa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – VALE-TRANSPORTE

As empresas obrigam-se a entregar o vale-transporte aos empregados que fazem jus, por ocasião do adiantamento salarial (dia do vale), ou por ocasião do pagamento dos salários mensais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – CONSTITUIÇÃO DA CIPA

Comprometem-se as empresas obrigadas à eleição de CIPAS, a enviarem aos Sindicatos Profissionais, cópia da convocação das eleições à mesma, com 30 (trinta) dias de antecedência.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – COMPLEMENTAÇÃO DO AUXÍLIO-DOENÇA

Comprometem-se as empresas, na hipótese de estar o empregado submetido à licença por auxílio-doença, a complementarem o valor recebido pelo empregado da Previdência Social, a partir do 16.º (décimo sexto) e até o 60.º (sexagésimo) dia, tão só, de tal sorte, que venha a receber, mesmo nesse período, o equivalente a seu salário-base, excluídas todas as demais vantagens ou adicionais.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA – LOCAL PARA REFEIÇÕES

As empresas, desde que não tenham política própria de alimentação ou concessão de benefícios de vale-refeição, comprometem-se a possuir local apropriado para as refeições de seus empregados.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – DIREITO À SAÚDE

Recomenda-se as empresas a anualmente efetuarem treinamentos e instruções sobre os diferentes riscos de acidentes, condições agressivas à saúde, bem como medidas de proteção relativas às operações e atividades específicas que realizam.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA – ÁGUA POTÁVEL

Deverá ser colocada à disposição dos trabalhadores água potável em condições higiênicas e por meio de copos individualizados ou bebedouros a jato inclinados.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA – LIBERAÇÃO DO DIRIGENTE SINDICAL

Por solicitação do Sindicato, a empresa se compromete a liberar um diretor por empresa, até o máximo de 3 (três) diretores no total do conjunto das empresas representadas, sem prejuízo de seu salário mensal.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA – DIA DOS TRABALHADORES DE JORNAIS E REVISTAS DO PARANÁ

O dia do trabalhador da categoria, 20 de fevereiro, será comemorado pelos empregados integrantes da categoria profissional, sem prejuízo de suas atividades normais na empresa, a qual, a seu critério, dará apoio às comemorações.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA – CARTÃO PONTO

As jornadas de trabalho deverão ser consignadas em cartão ou livro ponto, pelo próprio empregado.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA – MATERIAL DE SEGURANÇA

As empresas fornecerão gratuitamente todo o material de proteção individual aos trabalhadores, bem como cuidarão pela segurança das instalações, inclusive com verificação semestral nas instalações.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA – RELAÇÃO DE EMPREGADOS

Obrigam-se as empresas a remeter uma vez por mês aos Sindicatos Profissionais, a relação dos empregados pertencentes à categoria, constando o nome do empregado e o número da carteira de trabalho

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA – NEGOCIAÇÃO PERMANENTE

Fica adotado o sistema permanente de negociação coletiva de trabalho como expressão da vontade das partes, no sentido de fixar, como objetivo central, o aperfeiçoamento e melhorias nas condições de trabalho. Tal instrumentação será alcançada com:

Parágrafo primeiro – Estabelecimento de processo de negociação coletiva livre, direta e permanente entre as partes interessadas.

Parágrafo segundo - Formalização, a qualquer tempo, de acordos coletivos escritos e específicos, de caráter normativo.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA – REUNIÃO PERMANENTE

As empresas se comprometem, a partir do mês de setembro/2007 até agosto/2008, a permitir que o Sindicato possa fazer reuniões no interior das mesmas, sempre que necessário e mediante agendamento prévio.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA – QUADROS DE AVISOS

As empresas se obrigam a reservar espaços para que os Sindicatos Profissionais coloquem seus avisos em locais visíveis e de fácil acesso.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - EXEMPLARES GRATUITOS

As empresas (jornais e revistas) fornecerão gratuitamente ao Sindicato Profissional, 01 (um) exemplar de cada periódico que publiquem, enviando-os à entidade.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE ASSISTÊNCIA SINDICAL AOS TRABALHADORES GRÁFICOS/COTA DE SOLIDARIEDADE.

Dentro do espírito de valorização do trabalho e de suas entidades sindicais representativas e para propiciar a melhoria do nível de assistência e aquisição de sedes próprias, fica estabelecida a seguinte contribuição dos empregados:

Conforme aprovado em assembléia geral os empregados contribuirão com o Sindicato Profissional com uma cota de solidariedade no valor de R\$ 30,00 (trinta reais) em duas parcelas de R\$ 15,00 (quinze reais) cada uma a serem descontadas dos salários nos meses de abril de 2.008 e agosto de 2.008, com direito de oposição até 10 (dez) dias da data do registro deste instrumento na Delegacia Regional do Trabalho. Para tanto, os sindicatos convenientes



Handwritten signatures and initials are present at the bottom right of the page, including a large signature and several smaller initials.

remeterão as guias de recolhimento ou bloquetes bancários com as instruções pertinentes.

Parágrafo único – Os valores descontados dos salários dos empregados na forma desta cláusula, terão que ser recolhido no máximo até o 10º. (décimo) dia do mês posterior ao mês do desconto na folha de pagamento.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA – MENSALIDADE

As empresas se comprometem a descontar em folha de pagamento a mensalidade devida pelo associado ao Sindicato Profissional, em conformidade com as informações prestadas pela entidade sindical para cadastramento na folha de pagamento.

Parágrafo único – O recolhimento dos valores de mensalidades descontados dos sócios dos respectivos sindicatos convenentes, terão que ser efetuados até o 10º (décimo) dia posterior à data do desconto, sob pena de multa de 100% (cem por cento).

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

As empresas recolherão mensalmente em favor dos sindicatos convenentes, com o objetivo de contribuir para a assistência social e manutenção dos programas de treinamento, qualificação e requalificação profissional dos empregados e desempregados pertencentes à categoria, o valor correspondente a 6,0% (seis vírgula zero por cento) do salário base mensal (sem considerar adicionais, anuênios ou outros ganhos), de todos os empregados representados pelo sindicato profissional convenente, valores estes a serem depositados na conta corrente ou conta de poupança da respectiva entidade sindical, pela mesma indicada, durante toda a vigência do presente instrumento, salvo eventuais problemas técnicos, sendo que o sindicato profissional convenente remeterá a todas as empresas os bloquetes bancários no sentido de facilitar os recolhimentos.

Parágrafo primeiro – Caso os respectivos valores não sejam recolhidos até o 10º. (décimo) dia após o vencimento, a empresa, além de pagar o valor principal, terá que pagar multa de 100% (cem por cento) sobre o valor devido.

Parágrafo segundo - As empresas enviarão aos sindicatos profissionais, no prazo limite de 15 (quinze) dias, a contar da data do recolhimento, a cópia da GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO ou outro documento que comprove o pagamento efetuado em nome da entidade sindical, devidamente autenticada, juntamente com a relação dos valores pagos, correspondentes aos 6,0% (seis vírgula zero por cento) do salário base de cada empregado, ora pactuados, a título de FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, especificando na relação o nome do empregado, data de admissão, função, número da CTPS, valor do salário base e valor da contribuição paga pela empresa.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA – MULTA

Fica estipulado multa de 10% (dez por cento) do piso salarial da categoria pelo descumprimento de quaisquer das obrigações de fazer estabelecidas nesta Convenção Coletiva de Trabalho, revertendo em favor do prejudicado, e dobrada em caso de reincidência, salvo no caso de mora salarial, que não se somam.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - VIGÊNCIA

A data-base da categoria ocorre no mês de SETEMBRO e o prazo de vigência deste instrumento normativo é fixado em 12 (doze) meses, a contar de 1.º de setembro de 2.007 encerrando em 30 de agosto de 2.008.

Curitiba, 16 de outubro de 2007.

**SINDICATO DAS EMPRESAS PROPRIETÁRIAS DE JORNAIS
E REVISTAS DO ESTADO DO PARANÁ.**

CNPJ nº 73.400.491/0001-31

PRESIDENTE

ABDO AREF KUDRI CPF/MF nº 000.332.279-34

**SINDICATO DOS TRABALHADORES GRÁFICOS DE JORNAIS E REVISTAS
E DE EMPREGADOS EM EMPRESAS DE JORNAIS E REVISTAS DO
ESTADO DO PARANÁ.**

CNPJ nº 86.888.880/0001-08

PRESIDENTE

JOSÉ CARLOS ARDIZZONE XAVIER CPF/MF nº 185.678.009-00

**SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS GRÁFICAS DE
LONDRINA**

CNPJ nº 77.322.261/0001-52

PRESIDENTE

REGINALDO CESAR DE CAMPOS CPF/MF nº 461.237.179-87

46212.014964/2007-25.
Ministério do Trabalho

Delegacia Regional do Trabalho de Curitiba, nos termos do art. 614 da C.L.T., o presente Instrumento Coletivo de Trabalho foi recebido para fins exclusivamente administrativos, não tendo sido apreciado o mérito. Curitiba, 19 de Outubro de 2007

Vera Lucia Ferreira de Souza
Secção de Proteção do Trabalho/DRT/PR
Mat. 1103768